

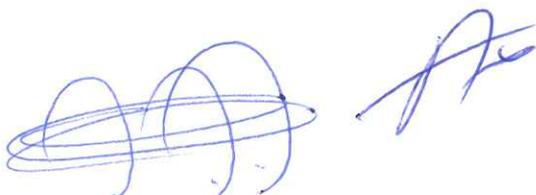
**CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**  
**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018**

1 Às oito horas e seis minutos do dia dezoito de setembro do ano de dois mil e dezoito,  
2 reuniram-se na Sala dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, 1.385 – Vila do  
3 Estádio, em Presidente Prudente SP, os membros do Conselho Municipal de  
4 Planejamento, Augusto Márcio Litholdo, Denise Paganini Salvat Posada, Milena  
5 Ribeiro de Araújo, Renan Braghin, Marcos Aurélio Cesco, Carolina de Paula Viáfora,  
6 Lucrécio de Alencar Castelo Branco, Dionísio Roberto Benez Crespo, Cristina Maria  
7 Perissinoto Baron, Thaís Fernanda Silva e Eroína Ferreira Santiago e em especial a  
8 presença do Secretário de Planejamento Luiz Abel Gomes Brondi. A reunião iniciou-se  
9 com o Secretário de Planejamento se apresentando aos membros do conselho,  
10 enfatizando que o gabinete está aberto ao conselho para trabalhar em conjunto. A Sra.  
11 Cristina diz ao Secretário que se encontrou com professores da UNOESTE e que eles  
12 têm a intenção de propor um projeto sobre o patrimônio ao conselho, o Secretário  
13 afirma que podem conversar a respeito e que o município tem um novo conceito de  
14 gerenciamento da gestão pública com mais responsabilidade. O Sr. Marcos faz  
15 observações sobre a demarcação das áreas públicas e dos vazios urbanos, e o Secretário  
16 explica que sobre isso a prefeitura iniciou um trabalho de cadastramento, explicando  
17 também sobre as restrições orçamentárias. A Sra. Cristina questiona a respeito dos  
18 equipamentos urbanos no loteamento João Domingos Netto, tendo seu questionamento  
19 esclarecido pelo Secretário de Planejamento, que logo após devido a compromissos se  
20 retira da reunião. Em seguida o Coordenador Márcio pergunta se alguém tem algum  
21 questionamento sobre a ata e a Sra. Thaís observa que a Secretaria do Meio Ambiente  
22 elaborou uma cartilha sobre arborização e calçada ecológica, mas que nunca foi  
23 impressa por falta de verba, em seguida a ata é aprovada. Logo após, o Coordenador  
24 solicita que seja alterada a ordem do dia, com a inclusão de assunto relevante referente  
25 ao Plano Diretor, o que foi acatado por todos. Então ele explica que a Secretaria de  
26 Assuntos Jurídicos analisou a proposta do Plano Diretor e fez alguns ajustes. A Sra.  
27 Denise explica que a primeira alteração foi na Lei de Zoneamento, na qual foram  
28 alterados os artigos 45 ao artigo 47, que falam a respeito da outorga onerosa, tendo a  
29 alteração aceita pelos membros. O Sr. Márcio propõe que o Conselho se reúna com os  
30 vereadores na Câmara para conversar sobre a proposta de revisão do Plano Diretor, foi  
31 decidido que o Coordenador informe posteriormente o dia da reunião. Em seguida a  
32 Engenheira Denise continua a explicação das alterações realizadas pela Secretaria de  
33 Assuntos Jurídicos e explica que no artigo 13 da Lei do Plano Diretor, o Setor Jurídico  
34 solicitou que fosse definido um perímetro para aplicação da lei referente ao IPTU

*milena*

*A*  
*at*

35 progressivo, e foi estabelecido a ZCS1, área central da Lei de Zoneamento. Em seguida  
36 ela explica que as alterações sobre este assunto mudaram a ordem dos artigos, sendo  
37 adotada a redação do estatuto da cidade, passando a ser edificação, utilização e  
38 parcelamento compulsórios, sendo exigido nas seguintes condições: lotes igual ou  
39 superior a 500 metros quadrados não edificados ficam passíveis de edificação  
40 compulsória. A utilização compulsória para imóveis não utilizados com área de  
41 construções abandonadas a mais de 24 meses, ou qualquer terreno subutilizado superior  
42 a 1000 metros quadrados que tenha área de edificação menor que 10% da área do  
43 terreno e o parcelamento compulsório para glebas igual ou superior a 10.000 metros  
44 quadrados. Os artigos 14 e 15 que falam das isenções e artigo 16 que fala em lei  
45 específica e fixa prazos para aplicação dos instrumentos, foi incluída a participação do  
46 conselho de planejamento e de habitação nas etapas de aplicação desses instrumentos.  
47 Após discussão das alterações, o Sr. Dionísio questiona sobre quem propõe uma nova  
48 etapa da revisão do Plano Diretor, e sobre a regulamentação da lei específica, a Sra.  
49 Denise explica que após aprovação da Lei do Plano Diretor é possível ser feita  
50 alterações nos artigos, mediante aprovação da Lei Complementar aprovada por dois  
51 terços da Câmara e a regulamentação da Lei Específica é proposta pelo Executivo  
52 Municipal. Em seguida, após votação, foram aceitas as alterações propostas, apenas  
53 com abstenção de voto da Sra. Cristina. Em seguida o Sr. Márcio coloca em discussão a  
54 pauta do dia e a Sra. Cristina mostra um material a respeito de patrimônio cultural e diz  
55 que conversou com um professor da UNOESTE para que haja a participação das  
56 universidades, e o Sr. Marcio esclarece que conversou com o Secretário da Cultura que  
57 se propôs a marcar a próxima reunião no Matarazzo no dia dezessete de outubro, para  
58 que ele apresentasse aos membros o material que a Secretaria de Cultura vem  
59 desenvolvendo, ficando estabelecido que o Sr. Marcio agendaria a reunião com o  
60 Secretário e posteriormente avisaria aos membros. A Sra. Cristina fala sobre o  
61 documento do inquérito civil, que foi enviado pelo Ministério Público e se propõe a  
62 escaneá-lo e enviar aos membros. Em seguida o Sr. Marcio fala sobre a última pauta, e  
63 diz que o estagiário está trabalhando na elaboração da cartilha das calçadas. Nada mais  
64 havendo a tratar, foi encerrada a 6ª reunião ordinária às nove horas e vinte e seis  
65 minutos.



*miina*  
*at*